



Lúcio Alcântara

Alcântara: Educação vai deslanchar

O país vive condições favoráveis para colocar em marcha um novo processo de política educacional, com maiores investimentos no setor, disse sexta-feira o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele salientou que, para isso, já existe uma consciência formada entre as elites, além de uma vontade política manifestada pelo governo federal.

Na avaliação de Lúcio Alcântara, não há outra forma de romper o ciclo da pobreza a não ser revertendo o que consideramos o quadro chocante que o país apresenta em termos de educação, com 20% de sua população ainda analfabeta, além de um ensino de baixa qualidade.

Lúcio Alcântara considerou fundamental a definição em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tramita no Senado, em especial o substitutivo do senador Darcy Ribeiro, também elogiado, em apertes, pelos senadores José Roberto Arruda (PP-DF) e Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão de Educação do Senado

Participaram ainda do debate os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), que mostrou a importância da educação no desenvolvimento dos "Tigres Asiáticos", e Edison Lobão (PFL-MA), que apontou como problema não a falta de recursos para a educação, mas a sua má aplicação.

Pauta livre garante aceleração da reforma

Senado votou 250 matérias desde fevereiro e, com a ordem do dia desobstruída, assegura rapidez à tramitação das emendas

Os senadores apreciaram 250 matérias desde 16 de fevereiro, quando tiveram início os trabalhos da atual sessão legislativa. Com isso, limpam a pauta de votações para apreciar com maior agilidade as emendas constitucionais já aprovadas pela Câmara

A emenda que quebra o monopólio dos estados na distri-

buição de gás canalizado, a primeira a chegar ao Senado e já apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, teve seu parecer lido sexta-feira em plenário. Outras três encontram-se na CCJ, enquanto a emenda que trata do monopólio do petróleo ainda não foi recebida, por estar pendente de votação em segundo turno pelos

deputados.

Com a pauta desobstruída, o Senado passou a dar maior importância ao trabalho das comissões, muitas delas específicas para tratar de temas relevantes, como a que investiga as obras paralisadas e a que estuda soluções para o desenvolvimento do Vale do São Francisco.

NESTA EDIÇÃO

**Odaír propõe
punição para
greve abusiva**

Página 2

**Valadares quer
proibir venda
da Petrobrás**

Página 3

**Senadores
debatem
Centro-Oeste**

Página 4

Senador pede regra para rolagem de dívida

Preocupado com as dificuldades enfrentadas por muitos estados para rolar suas dívidas públicas e fazer frente às necessidades de investimentos em obras básicas de infra-estrutura e ações sociais, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou



Edison Lobão

ao governo federal para que estabeleça regra clara e factível para a rolagem das dívidas estaduais.

Ex-governador do Maranhão, o senador lembrou que durante sua administração teve que pagar US\$ 250 milhões da dívida pública, sem conseguir um recurso externo sequer para reforçar seu programa de investimentos ao longo de quatro anos.

Lobão destacou os exemplos do Maranhão e também da

Pará para ilustrar a importância de o presidente Fernando Henrique Cardoso encontrar uma fórmula que concilie a rolagem dessas dívidas estaduais com as necessidades dos governadores de investir em obras de infra-estrutura e progra-

mas sociais.

A Resolução nº 11 do Senado, segundo Lobão, tentou fixar uma regra para essa rolagem da dívida pública dos estados, mas acabou não sendo aplicada com uniformidade. Ele advertiu que o problema da dívida pública, atualmente, representa para as administrações estaduais um ônus igual ao peso da folha de pagamentos no passado, quando o custeio dos servidores consumia todas as receitas da União e dos estados.

Odacir propõe multa para os grevistas que desobedecerem à lei

Senador considera que paralisações em serviços e atividades essenciais ultrapassam os limites de tolerância da democracia

Por considerar que a multiplicação de greves e paralisações em serviços e atividades essenciais ultrapassa os limites de tolerância admitidos em uma sociedade democrática, o senador Odacir Soares (PFL-RO) apresentou projeto de lei que permite à Justiça do Trabalho aplicar multa diária à entidade sindical representante dos trabalhadores, após declarada abusiva a greve. Para o senador, os sindicatos estão desobedecendo os preceitos legais estabelecidos pela Lei nº 7.783/89.

A multa será de R\$ 500,00 por dia quando não ultrapassar a cem o número de grevistas e poderá chegar a R\$ 10 mil se forem mais de dez mil os trabalhadores parados. "Independentemente das razões que orientam tais movimentos, que por

vezes são de caráter mais político do que reivindicatório, é imprescindível o respeito à lei e o acatamento às decisões do Poder Judiciário", disse. Para

Odacir Soares, o descumprimento às determinações judiciais desmoraliza o Poder Judiciário e representa grave ameaça ao Estado de Direito.

Amorim quer extinguir a Justiça Trabalhista

A extinção da Justiça do Trabalho e a transferência das suas atribuições e recursos para a Justiça Comum foi defendida pelo senador Ernandes Amorim (PDT-RO) que considera a legislação trabalhista inadequada à atual realidade brasileira e um entrave ao desenvolvimento do país.

Como exemplo da inadequação das leis tra-

balhistas, Ernandes Amorim destacou o fato de os fazendeiros serem obrigados a expulsar de suas terras pessoas que lá residem para não perderem o direito à propriedade. "Com isso, acumula-se a pressão das favelas e periferias urbanas e o trabalhador termina sem a aposentadoria que deveria ser concedida pela União," disse.

Meira fala sobre pesquisa de opinião

Senadores, funcionários e jornalistas estão convidados para assistir nesta terça-feira (dia 13), às 10h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, a uma palestra do publicitário João Francisco Meira, do Vox Populi, sobre "A Pesquisa de Opinião Pública e o Processo Político Contemporâneo". O evento é promovido pela Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), com o apoio da Secretaria de Comunicação Social.

A palestra destina-se sobretudo aos senadores e faz parte do ciclo de Debates sobre Comunicação Social e Marketing Político, iniciado em abril. A finalidade é debater a imagem do Senado perante a opinião pública, dentro dos objetivos anunciados pela Mesa diretora de modernizar a instituição e aperfeiçoar sua imagem junto à sociedade.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado.

Pauta: Não foram agendadas matérias para a Ordem do Dia.

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões para terça-feira (13.06.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLS nº 71/93 (terminativo), que cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; *PLS nº 108/95 (terminativo), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativas, e dá outras providências; *PLS nº 114/95 (terminativo), que regulamenta o art. 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da CF, que trata da desapropriação de glebas de terras onde forem localizadas culturas ilegais e do confisco de bens de traficantes; *PLS nº 130/95 (terminativo), que isenta do pagamento de tarifas públicas os usuários de renda familiar inferior a dois salários mínimos; *PLS nº 134/95 (terminativo), que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devidas aos aeronautas e aeroviários,

civis e militares, impedidos de exercer a profissão; e *PLC nº 69/95 (não terminativo), que estabelece a obrigatoriedade de uma empresa exploradora de serviço postal no País pagar encargos financeiros sobre as remessas de dinheiro entregues em prazo superior a três dias úteis após o seu envio pelo remetente. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Matérias de competência da comissão: *PLC nº 72/93 (não terminativo), que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras, e dá outras providências; *PLC nº 53/95 (Não terminativo), que institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d' água; e *PLC nº 65/95 (não terminativo), que estabelece regras para a produção independente de energia elétrica, e dá outras providências. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Pauta: Painel sobre Programas Governamentais.

Quarta-feira (14.06.95)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senado vota 250 matérias em quatro meses

Com a pauta livre, parlamentares poderão analisar com rapidez as emendas constitucionais já aprovadas pela Câmara dos Deputados

Valadares quer proibir privatização da Petrobrás

O senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) anunciou sexta-feira que vai apresentar proposta de emenda constitucional,



Valadares

garantindo a permanência da Petrobrás na órbita do Estado. Apesar do compromisso público do presidente

Henrique Cardoso e do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, o parlamentar teme que, no futuro, "razões de Estado" conduzam à privatização da estatal do petróleo.

A iniciativa, salientou o senador, decorre da "esmagadora maioria" conquistada pelo governo na Câmara dos Deputados, na votação da emenda constitucional que retira da Petrobrás o monopólio da importação, prospecção e refino de óleo. Ele acredita que a expressiva votação pró-governo seja repetida também no Senado.

Em aparte, Geraldo Melo (PSDB-RN) reagiu ao anúncio da proposta, afirmando que o monopólio estatal não foi quebrado, mas flexibilizado. Para Roberto Requião (PMDB-PR), a matéria deverá ser discutida com maior profundidade pelo Senado, sem afoamento ou passionalidade. Já Bernardo Cabral (PP-AM) garantiu que a proposta de Valadares merecerá o apoio dos colegas, enquanto o senador Edison Lobão (PFL-MA), lembrando o presidente Castello Branco, afirmou que, "se a Petrobrás é competente, não precisa do monopólio; se não é competente, não o merece".

Desde o dia 16 de fevereiro, quando tiveram início os trabalhos da atual sessão legislativa, os senadores apreciaram 250 matérias, limpando a pauta de votações. Desse total, 144 são projetos, já enviados à sanção presidencial ou à promulgação. Exatamente 49 matérias foram arquivadas depois de examinadas pelos senadores. O Congresso Nacional, por sua vez, também acelerou suas votações - das 74 medidas provisórias existentes no início da legislatura, restam 26.

Com a pauta desobstruída, os senadores poderão votar com agilidade as propostas de emendas constitucionais já aprovadas pela Câmara. A emenda que quebra o monopólio dos estados na distribuição do gás canalizado, a primeira a chegar ao Senado e já apreciada pela CCJ, teve seu parecer lido na sexta-feira em plenário e vai agora à publicação no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos. Outras três encontram-se na Comissão de Justiça, enquanto a emenda que trata do monopólio do petróleo ainda não foi recebida, por estar pendente de votação em segundo turno pelos deputados.

A emenda do gás canalizado, relatada por Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovada pela CCJ sem alteração. Já as emendas referentes ao conceito de empresa nacional e à navegação de cabotagem, relatadas, respectivamente, por Ramez Tebet (PMDB-MS) e Jefferson Peres (PSDB-AM), estão com seus pareceres prontos, prevendo-se a votação pela CCJ nesta quarta-feira. A emenda das telecomunicações foi lida na quarta-feira, e já tem relator na CCJ: Francelino Pereira (PFL-MG).

Também estão em funcionamento no Senado algumas comissões especiais, duas delas encarregadas da apreciação de matérias cuja aprovação é aguardada com interesse por toda a sociedade: o Código Civil e o Código de Trânsito. O relator da primeira, Josaphat Marinho



Josaphat Marinho

(PFL-BA), está colhendo subsídios nas audiências públicas realizadas pela comissão, já tendo sido ouvidos os juristas Moreira Alves e Miguel Reale. No caso do Código de Trânsito, as audiências serão realizadas em várias capitais, começando por Belo Horizonte, e depois Porto Alegre e Recife, além de um Fórum de Debates em Brasília. O relator,

Francelino Pereira (PFL-MG) está aceitando sugestões até 17 de agosto.

Encontram-se ainda em atividade as comissões que investigam a situação das Obras Inacabadas e os problemas do Vale do São Francisco. O presidente da primeira, Carlos Wilson (PSDB-PE),

está expedindo telegramas aos governadores, pedindo dados sobre obras paralisadas. Na segunda, presidida por Renan Calheiros (PMDB-AL), estão ocorrendo audiências com autoridades e empresários. O relator, Waldeck Omelas (PFL-BA) utilizará esses depoimentos em seu relatório, que vai recomendar uma política de desenvolvimento para a região.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (16 de fevereiro a 9 de junho de 1995)

Projetos aprovados e enviados à sanção	56
Projetos aprovados e enviados à promulgação	88
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	16
Mensagens relativas a indicação de autoridades	4
Mensagens relativas a escolha de chefes de missões diplomáticas	25
Requerimentos aprovados	12
Matérias aprovadas	201
Matérias enviadas ao arquivo	49
Total de matérias apreciadas	250



Ramez Tebet

MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (16 de fevereiro a 9 de junho de 1995)

MPs aprovadas	32
Vetos mantidos	34
Veto rejeitado	1
Projetos de lei aprovados	2
Total de matérias apreciadas	69

OBS: Há 26 MPs para serem votadas; havia 74 no início desta legislatura.

Sarney recebe enviado de comissão da ONU

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu sexta-feira em audiência o relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Maurice Glèlè-Anhanhazo, que se encontra no Brasil colhendo informações sobre discriminação racial e da mulher. Sarney afirmou ao relator das Nações Unidas que são isolados os casos de discriminação racial no país, não se caracterizando como um fato em toda a sociedade.

O presidente do Senado assinalou que a Lei Afonso Arinos, que pune a discriminação racial, agora faz parte da Constituição brasileira. Mencionou ainda que a população indígena do país, que se reduziu durante vários séculos, finalmente apresenta índice de crescimento.

Duplicação da BR-101 é pedida por 1 milhão

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a entrega ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na tarde de quinta-feira, de um abaixo-assinado com um milhão de assinaturas, postulando a duplicação da BR-101 no estado de Santa Catarina.

O ato de característica suprapartidária reuniu, segundo Maldaner, a totalidade da bancada federal do estado no Senado e na Câmara dos Deputados, além dos principais representantes do empresariado catarinense.

CENTRO-OESTE

Região pode reativar economia, diz Valmir

A reativação da economia brasileira passará necessariamente pelo desenvolvimento da região Centro-Oeste, afirmou na manhã de sexta-feira o senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB.

Ele demonstrou confiança na determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso de acatar as reivindicações dos parlamentares e governadores da região, tiradas do recente Encontro do Desenvolvimento Integrado do Centro Oeste, realizado no Senado.



Valmir Campelo

Afirmado ser precursor desse movimento em defesa do Centro-Oeste, Valmir destacou que a região é o novo "Eldorado", rica em recursos minerais, com água em abundância e fronteiras agrícolas a serem conquistadas.

Mas, para a exploração dessas riquezas, Valmir Campelo considera fundamental a ampliação e renovação das rodovias e ferrovias, incluindo a conclusão da ferrovia Norte-Sul.

Arruda: novo modelo de desenvolvimento

Registrando a "reunião histórica" de 70 parlamentares e sete governadores dos estados que compõem a Região Centro-Oeste com o presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorrida na última quarta-feira, o senador José Roberto Arruda (PP-DF) alertou o governo para que evite cometer o mesmo erro de concentrar recursos e investimentos nas Regiões Sul e Sudeste.

"O Centro-Oeste, por todas as razões, tem as condições ideais para sediar um modelo de desenvolvimento integrado e auto-sustentável", analisou o senador.

Conforme José Roberto



Arruda

Arruda, o projeto de desenvolvimento elaborado pelas lideranças políticas, científicas, educacionais e empresariais do Centro-Oeste, entregue ao presidente da República, demonstra que a região é a última fronteira agrícola do mundo, além de contar com baixa densidade demográfica e recursos naturais favoráveis como o clima, água abundante e terras férteis.

Arruda acredita que o governo tem uma "oportunidade ímpar" de resgatar os ideais de Juscelino Kubitschek em relação à interiorização do desenvolvimento, "que deve ser harmônico e equilibrado".



Leomar Quintanilha

Linha de crédito para pequenos produtores

A criação de uma linha de crédito oficial, sem qualquer burocracia, para financiar pequenos produtores e empreendedores na atividade informal, foi defendida sexta-feira pelo senador Leomar Quintanilha (PPR-TO).

O parlamentar contestou a necessidade de criação de qualquer estrutura para cuidar dessas linhas de crédito, lembrando que o Banco do Brasil é a instituição adequada para receber essa missão.

Suplicy pede informações sobre negócio da Funcef

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou sexta-feira à Mesa pedido de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando esclarecimentos sobre transação imobiliária entre a Funcef - fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal - e a construtora Encol, envolvendo a compra de um hotel.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo

Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia

Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.